

Instituições Organizadoras



COMIDA
DO AMANHÃ



Instituições Parceiras



CEBRAP
Sustentabilidade



Instituto Nacional
de Ciência e Tecnologia
Combate
à Fome



Embrapa

POSITION PAPER

MONOTONIA DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E AS OPORTUNIDADES QUE SURGEM DA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA E A MOBILIZAÇÃO GLOBAL CONTRA A MUDANÇA DO CLIMA

Versão 1 - Publicada em: 06/11/2024

Contexto e Justificativa

O sistema agroalimentar global está cada vez mais longe dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados à eliminação da fome e à promoção de dietas saudáveis por meio de sistemas produtivos sustentáveis até 2030 (nomeadamente o ODS 2, mas com interconexões com todos os demais 16 ODS). Globalmente, cerca de 40% dos adultos e 20% das crianças apresentavam sobrepeso ou obesidade em 2022^[ii], e são robustas as evidências que ligam estes problemas a padrões alimentares nos quais os produtos alimentícios ultraprocessados (aqui chamados de ultraprocessados) têm peso crescente^[iii]. O sobrepeso e a obesidade hoje atingem mais gente do que a fome. Quase 30% da população global (2,3 bilhões de pessoas) enfrentava insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, não tinha acesso regular a uma quantidade adequada de alimentos, em 2023^[iiii]. O custo de uma dieta saudável aumentou em todo o mundo em 2016 e atingiu um pico de U\$ 3,96/pessoa/dia em 2022^[iii]. Essa conjunção de condições causadas, de um lado, por excesso de determinados alimentos e/ou nutrientes, e, de outro, pela carência alimentar, recebe o nome de dupla carga de má nutrição^[iv], e pode ser verificada atualmente em países de baixa a alta renda^[v].

A monotonia verificada desde as paisagens agrícolas até os padrões alimentares cada vez mais globalizados, marcados pela presença excessiva de alimentos de origem animal e ultraprocessados baseados, principalmente, em soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, está na raiz das razões da crise do sistema agroalimentar global, na medida em que não está apenas associada às diferentes formas de má nutrição^[vi],^[vii], mas também a impactos ambientais gigantescos^[viii],^[ix]. Evidências apontam que, embora mais de 7.000 espécies de plantas comestíveis tenham sido identificadas e usadas para a alimentação humana desde a origem da agricultura^[x], 90% da ingestão energética atual da humanidade vem de apenas 15 plantas cultivadas, e mais de quatro bilhões de pessoas dependem de apenas três delas: arroz, trigo e milho^[xi],^[xii]. Além disso, a homogeneidade genética de animais criados com vistas à alimentação humana, contribui para a difusão de doenças infecciosas e está associada ao uso excessivo e inadequado de antibióticos, propiciando o avanço da resistência antimicrobiana^[xiii].

Tal erosão de diversidade, biológica e alimentar, destrói serviços ecossistêmicos fundamentais à própria vida e compromete a saúde humana^[xiv]. Além disso, o sistema agroalimentar global é responsável por um terço das emissões de gases de efeito estufa (GEE)^[xv]. O que os especialistas vêm chamando de custos ocultos do sistema agroalimentar ultrapassa o valor de mercado de toda a alimentação da humanidade^[xvi].



Diante disso, o G20 - principal fórum internacional multilateral de cooperação econômica composto por 19 países [África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia], além da União Europeia e, a partir deste ano, da União Africana)^[xvi] - tem a responsabilidade de coordenar suas políticas e gerar consenso político e mobilização para a transformação ecológica do sistema agroalimentar global. Na atual presidência brasileira do G20 (de dezembro de 2023 a novembro de 2024), a discussão acerca desse tema passa a ganhar tração a partir da criação de duas principais forças-tarefa: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima^[xvii]. Em especial, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, pré-lançada em julho de 2024 no Rio de Janeiro, tem o potencial de proporcionar um impulso político sustentado e promover a ação coletiva, criando sinergias com outros esforços existentes para combater a fome e a pobreza; e facilitar a mobilização de recursos financeiros nacionais e internacionais, bem como a produção e disseminação do conhecimento, para possibilitar a implementação de políticas públicas que apoiem a transformação dos sistemas agroalimentares em larga escala.

A mobilização já existente dos países do G20 para enfrentar os desafios da má nutrição e das mudanças climáticas fica ainda mais evidenciada com a declaração preliminar de justificativa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, publicada pela presidência do G20¹. Assim, acredita-se que os países membros do G20 estão dispostos a aderir e apoiar formalmente essa declaração, reafirmando seu compromisso com a erradicação da fome e a promoção de práticas que favoreçam sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

Uma análise minuciosa dos níveis atuais e das lacunas no financiamento da segurança alimentar e nutricional é justamente o foco principal do '*The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) 2024*' - relatório anual elaborado em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros^[xviii], evidenciando a pertinência e a urgência do tema.

Outro aspecto importante é o fato de os instrumentos de política da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza serem projetados para alcançar principalmente populações mais vulnerabilizadas em aspectos climático, ambiental, social e econômico - principalmente populações mais vulnerabilizadas nas dimensões climática, ambiental, social e econômica, aspecto fundamental na promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.



¹ Documentos fundacionais da Aliança Global. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/fome-e-pobreza>.

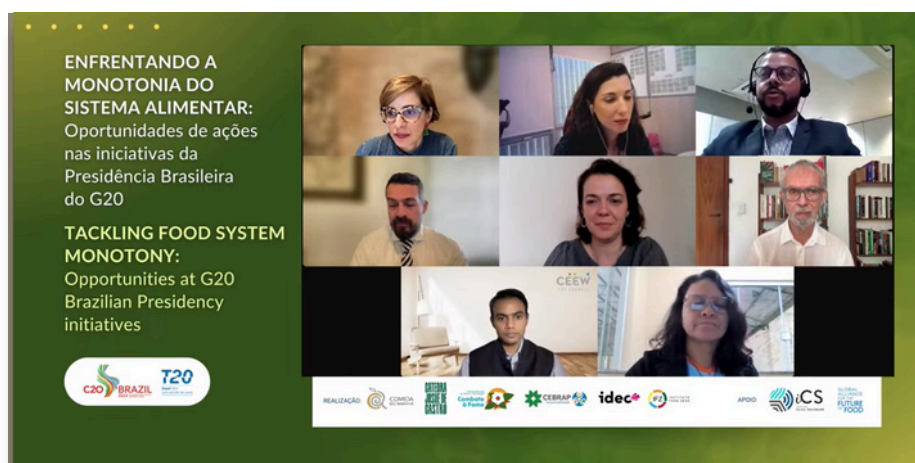
Porém, múltiplas ações são urgentes e necessárias para que a Aliança Global contra a Fome a Pobreza e as presidências subsequentes do G20 possam avançar na implementação de políticas alimentares inovadoras. Para tanto, tais políticas precisam em primeiro lugar, valorizar a biodiversidade a partir de sistemas agroalimentares locais (como os modelos de produção agroecológicos), além dos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais (PCT) e a cultura alimentar das diferentes regiões, além de apoiar a pesquisa e o desenvolvimento com vistas a combater a atual monotonia dos sistemas agroalimentares^[xviii].

Este *position paper* procura elucidar, a partir dos debates provenientes de dois eventos realizados durante a presidência brasileira sobre essa temática, algumas reflexões e recomendações voltadas aos tomadores de decisão e negociadores do G20, a fim de que assumam o compromisso com a agenda voltada à transição para sistemas agroalimentares mais saudáveis, diversificados, resilientes e justos, e, portanto, mais sustentáveis, em todas as suas dimensões.

Eventos

Para expandir o debate e influenciar a tomada de decisão no processo do G20, com relação à urgência da transição para sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos, com foco na diversificação de paisagens agrícolas e espécies animais criadas para consumo humano, bem como dos padrões alimentares contemporâneos, realizou-se uma tríade de eventos organizados pelas instituições parceiras - dois deles no âmbito dos grupos de engajamento Think 20 (T20) e Sociedade Civil (C20) - a fim de tratar destes temas².

O primeiro evento, realizado no dia 16 de maio de 2024, intitulado *Enfrentando a monotonia do sistema alimentar: oportunidades de ações nas iniciativas da presidência brasileira do G20*, teve dois principais enfoques: (i) A atual monotonia dos sistemas agroalimentares e os desafios para acabar com a fome e a insegurança alimentar e nutricional e garantir alimentos saudáveis para todos, bem como para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; e (ii) Lições do Sul Global sobre sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis.



² O primeiro evento foi realizado pelas seguintes instituições: Instituto Comida do Amanhã, Cátedra Josué de Castro, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Combate à Fome, CEBRAP Sustentabilidade, Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) e Instituto Fome Zero (IFZ), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e da *Global Alliance for the Future of Food*. Já o segundo evento foi realizado pela Cátedra Josué de Castro, Instituto Comida do Amanhã, Embrapa, CEBRAP Sustentabilidade, Idec, INCT Combate à Fome e IFZ, também com apoio do ICS e da *Global Alliance for the Future of Food*.

Já o segundo evento, intitulado *G20 e a monotonia dos sistemas agroalimentares: a necessidade de uma nova era de domesticação de culturas e diversificação de dietas*, realizado no dia 12 de junho de 2024, abordou os desafios decorrentes da atual monotonia do sistema agroalimentar global, tanto em termos de promoção de padrões alimentares saudáveis e de saúde humana quanto de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e promoveu uma discussão sobre as possíveis estratégias e cenários para diversificar as dietas e os modelos de produção agropecuária.



Para maiores informações sobre os conteúdos abordados nos eventos, acesse aqui [Evento #1](#) e [Evento #2](#), já para assistir às falas dos eventos acesse aqui [Evento #1](#) e [Evento #2](#).

Um terceiro evento, intitulado *Desbloqueando as barreiras à transformação para sistemas alimentares sustentáveis: ações inclusivas e sensíveis à equidade nonexo entre clima, biodiversidade e nutrição*, realizado durante o Fórum da Rede One Planet 2024, se concentrou no debate sobre a importância da participação social para a melhoria e inovação das políticas públicas e no potencial das compras públicas sustentáveis para a transformação dos sistemas alimentares. Acesso o conteúdo em [Evento #3](#).

Recomendações

Juntos, os membros do G20 detêm cerca de 60% das terras agrícolas do mundo e 80% do comércio mundial de produtos agrícolas^[xix], concentrando enorme potencial de influenciar o sistema agroalimentar global. Por outro lado, é nos territórios de povos e comunidades tradicionais que a maior parte da biodiversidade do mundo está contida e protegida^[xx].

Os sistemas agroalimentares são sistemas complexos e compreendê-los de forma holística e não fragmentada, na perspectiva da conservação da biodiversidade e de uma consciência regenerativa, é essencial para lidar com seus principais desafios, na sua grande maioria interconectados e decorrentes do atual panorama de monotonia agroalimentar.

A partir deste contexto, dos debates realizados com especialistas e, especialmente, diante dos esforços da presidência *pro tempore* brasileira de mobilizar as principais potências mundiais para o combate aos diferentes desfechos da má nutrição (via Aliança Global contra a Fome e a Pobreza) e das mudanças climáticas, destacamos as recomendações abaixo elencadas.

I. Para **combater a monotonia da produção de alimentos e incentivar práticas favoráveis à preservação da biodiversidade**, é crucial reafirmar o compromisso com os ODS 2 e 3 (nomeadamente o 2.4³ e 3.4⁴) e 14⁵ e 15⁶. Assim, recomendamos aos países membros do G20 o compromisso de:

1. Financiar e oferecer incentivos adequados às práticas regenerativas reconhecidas pela FAO^[xxi]: agricultura orgânica, manejo sustentável do solo, agroecologia, diversificação da agricultura, conservação da biodiversidade agrícola, intensificação moderada da criação de ruminantes, agricultura regenerativa e resiliente, manejo florestal sustentável, agrofloresta e práticas de diversificação em aquicultura e pesca, muitas das quais são praticadas e perpetuadas por povos e comunidades tradicionais e, em particular, por mulheres.

a. Os incentivos necessários passam por impulsionar governos nacionais e locais a aperfeiçoar políticas de compras públicas orientadas para dietas saudáveis, sustentáveis e diversificadas e que promovam o abastecimento e o acesso a alimentos saudáveis e da sociobiodiversidade, preferencialmente oriundos de produção agroecológica e de produtores familiares locais⁷.

b. Os incentivos necessários passam, igualmente, por evitar o estímulo à destruição dos serviços ecossistêmicos por meio de subsídios agrícolas, e, portanto, deve-se adotar a proposta da COP15 Biodiversidade⁸ (que propõe a redução dos subsídios em US\$ 500 bilhões anuais), e direcionar os subsídios ao cumprimento de metas sociais e ambientais que permitam a regeneração das perdas que o crescimento agrícola e a monotonia da produção e das colheitas impõem.

c. Promover a conservação dinâmica de sistemas agrícolas de povos e comunidades tradicionais, como preconizado pelo programa da FAO denominado *Globally Important Agricultural Heritage Systems*” (GIAHS)^[xxii].

2. Garantir a saúde do solo e a qualidade da água, estabelecendo cooperação técnica internacional para a redução do uso de insumos químicos e apoiar práticas que melhorem os serviços ecossistêmicos, como a polinização e o controle natural de invasores, além de desenvolver mecanismos de monitoramento para regular e mitigar atividades que possam prejudicar a saúde do solo.

3. Coibir o comércio de produtos agrícolas provenientes de áreas desmatadas. Dentre as medidas necessárias, a rastreabilidade completa da cadeia da carne é ferramenta fundamental para identificar produtos vinculados ao desmatamento e a outros crimes socioambientais, assim como tornar públicos, acessíveis e transparentes os relatórios de planejamento do uso da terra.

³ "Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo".

⁴ "Reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar".

⁵ "Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável".

⁶ "Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade".

⁷ A exemplo de programas e iniciativas brasileiros, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de restaurantes populares e de cozinhas comunitárias e solidárias, assim como programas de encurtamento de circuitos de consumo, como feiras direto do produtor e espaços comunitários de produção de alimentos nas cidades.

⁸ COP15 Propostas de biodiversidade. Disponível em: <<https://www.unep.org/news-and-stories/story/cop15-ends-landmark-biodiversity-agreement>>.

4. Reduzir e regulamentar o uso de antibióticos na criação animal, o que resultaria na diminuição do risco de resistência antimicrobiana decorrente da monotonia na criação intensiva de animais para consumo humano.

5. Interromper o planejamento e instalação de infraestruturas públicas e privadas que estimulem a monotonia da produção agrícola e a inserção global de vários países latino-americanos como exportadores de *commodities* de baixo valor agregado. Estas infraestruturas são também, na maior parte dos casos, vetores de destruição florestal e de agressão aos povos e comunidades tradicionais.

II. Para **combater a monotonia das dietas humanas e promover uma maior diversidade de alimentos *in natura* e minimamente processados, de origem vegetal**, é crucial adotar soluções baseadas em evidências e eficazes para desestimular o consumo de produtos que ameacem a saúde humana e planetária. Assim, recomendamos aos países membros do G20 o compromisso com:

6. A isenção de impostos e/ou subsídios para alimentos *in natura* ou minimamente processados, aliada à maior tributação de ultraprocessados (cujos preços baixos geralmente ocultam custos sociais e ambientais substanciais), conforme recomendado pela OMS^[xiii] e pelo Banco Mundial⁹.

7. A adoção, a revisão e a atualização de seus guias alimentares¹⁰, conforme recomendações da FAO e da OMS, para orientar padrões alimentares saudáveis, sustentáveis e diversos, promovendo o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados de origem vegetal, de preferência de origem local, respeitando a cultura e as tradições alimentares, evitando o consumo de ultraprocessados e o consumo excessivo de carne.

8. A adequada regulação da rotulagem e da publicidade de alimentos, preferencialmente adotando uma rotulagem nutricional frontal de advertências para alimentos embalados¹¹ e a restrição da publicidade e da comercialização de alimentos não saudáveis.

9. O desenvolvimento de estratégias voltadas a sistemas alimentares urbanos para valorizar a produção local de alimentos, bem como combater a perda e o desperdício de alimentos e garantir ambientes alimentares saudáveis nas cidades.

10. O subsídio e o incentivo à produção e à disseminação de evidências científicas robustas sobre práticas regenerativas de produção de alimentos, impactos sociais e ambientais da transição do modelo convencional para modelos agroecológicos socialmente justos, e o impacto de modelos regenerativos na reversão da monotonia alimentar.



⁹ A exemplo da definição de uma cesta básica saudável e sustentável que priorize alimentos saudáveis e provenientes de processos de produção mais sustentáveis.

¹⁰ A exemplo do Guia Alimentar para a População Brasileira publicado pelo Ministério da Saúde do Brasil, em 2014.

¹¹ A exemplo do perfil nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

III. Para **promover uma governança justa e inclusiva, garantidora de direitos humanos e fundamentais**, recomendamos aos países membros do G20 o compromisso de:

11. Construir e fortalecer políticas públicas que garantam a inclusão da sociedade civil em seus processos de elaboração, aperfeiçoamento e implementação, especialmente as comunidades indígenas e tradicionais, por meio de processos participativos e abordagens transdisciplinares que integrem e valorizem os conhecimentos tradicionais, indígenas, camponeses e locais.

12. Focar em alinhar prioridades globais, melhorar a coordenação e a coerência multilateral, além da gestão de conflitos de interesse.

- a. Devem garantir que as políticas de saúde, alimentação e nutrição dos países membros do G20 estejam alinhadas com os compromissos e diretrizes estabelecidos em fóruns multilaterais, promovendo a coerência global.
- b. Devem implementar e fortalecer mecanismos de prevenção, mitigação e gestão de conflitos de interesse em todas as políticas relacionadas à saúde, alimentação e nutrição, garantindo transparência e integridade nos processos de tomada de decisão.

13. Adotar as Diretrizes Voluntárias para apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação¹² e subsequentes instrumentos negociados internacionalmente pelo Comitê Global de Segurança Alimentar Mundial (CFS) e endossados pela FAO, como consenso global, para que, por meio de políticas e programas públicos específicos, construídos com ampla participação popular, possam facilitar o acesso efetivo e universal ao Direito Humano à Alimentação Adequada nos níveis local e territorial.

14. Priorizar investimentos em soluções tecnológicas que não aumentem a desigualdade econômica e social, tanto entre países quanto dentro deles. Devem, ainda, alocar recursos específicos para que pequenos produtores desenvolvam estratégias de adaptação, garantindo que soluções ambientalmente desejáveis não excluam esses grupos.

15. Por fim, as políticas de transição sustentável das economias dos países do G20 devem incluir medidas de discriminação positiva, beneficiando setores em situação de maior vulnerabilidade como pequenas empresas, pequenos produtores e povos indígenas e comunidades tradicionais, para viabilizar suas estratégias de adaptação e evitar o agravamento das desigualdades.

¹² Diretrizes voluntárias. Disponível em: <<https://www.fao.org/right-to-food/guidelines/en/>>.

Referências

[i] World Health Organization (WHO). 2021. Obesity and overweight. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>>.

[ii] GBD 2017 Diet Collaborators. 2019. Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. The Lancet. 393(10184), p.1958-1972. doi: 10.1016/S0140-6736(19)30041-8.

[iii] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), International Fund for Agricultural Development (IFAD), United Nations Children's Fund (UNICEF), World Food Programme (WFP) and World Health organization (WHO). 2024. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cd1254en>>.

- [iv] Wells JC, Sawaya AL, Wibaek R, Mwangome M, Poullas MS, Yajnik CS, Demaio A. The double burden of malnutrition: aetiological pathways and consequences for health. *The Lancet*. 2020 Jan 4;395(10217):75-88. doi: 10.1016/S0140-6736(19)32472-9.
- [v] Branca F, Demaio A, Udomkesmalee E, Baker P, Aguayo VM, Barquera S, et al. A new nutrition manifesto for a new nutrition reality. *The Lancet*. 2020 Jan 4;395(10217):8-10. doi: 10.1016/S0140-6736(19)32690-X.
- [vi] Pingali P. Agricultural policy and nutrition outcomes – getting beyond the preoccupation with staple grains. *Food Secur*. 2015;7(3):583-91. doi: 10.1007/s12571-015-0461-x.
- [vii] Khoury CK, Bjorkman AD, Dempewolf H, Ramirez-Villegas J, Guarino L, Jarvis A, et al. Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security. *PNAS*. 2014;111(11):4001-6. doi: 10.1073/pnas.1313490111.
- [viii] Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES), 2019. Summary for Policymakers of the Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. Díaz S, Settele J, Brondízio ES, Ngo HT, Guèze M, Agard J, et al (editores). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 p. doi: 10.5281/zenodo.3553579.
- [ix] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2022. FAOSTAT Analytical Brief No. 50. Greenhouse Gas Emissions from Agri-Food Systems – Global, Regional and Country Trends, 2000–2020. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/121cc613-3d0f-431c-b083-cc2031dd8826/content>>.
- [x] Antonelli A, Fry C, Smith RJ. 2020. State of the World's Plants and Fungi 2020. Disponível em: <<https://www.kew.org/sites/default/files/2020-10/State%20of%20the%20Worlds%20Plants%20and%20Fungi%202020.pdf>>.
- [xi] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2019. The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture. Rome: FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/b355c300-72ed-4a63-be07-8295c80ec7f1>>.
- [xii] Albernaz-Gonçalves R, Leite FHM, Hötzel MJ, Silva R, Antillón GO, Sanseverino EC, Matte A, Abramovay R. Animal welfare for a healthy and sustainable agri-food system. T20 Policy Brief - Task Force 01 - Fighting inequalities, poverty and hunger. 2024. Disponível em: , <https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF01_ST02_ANIMAL_WELFARE_FOR_A66d75e57f3195.pdf>.
- [xiii] Leite FHM, Khandpur N, Andrade GC, Anastasiou K, Baker P, Lawrence M, Monteiro CA. Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. *BMJ Global Health*. 2022;7:e008269. doi: 10.1136/bmjgh-2021-008269.
- [xiv] Crippa M, Solazzo E, Guizzardi D, Monforti-Ferrario F, Tubiello FN, Leip A. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. *Nature Food*. 2021;1–12. doi: 10.1038/s43016-021-00225-9
- [xv] Ruggeri Laderchi C, Lotze-Campen H, DeClerck F, Bodirsky BL, Collignon Q, Crawford MS, et al. 2024. The Economics of the Food System Transformation. Food System Economics Commission (FSEC), Global Policy Report. Disponível em: <https://foodsystemeconomics.org/wp-content/uploads/FSEC-Global_Policy_Report.pdf>.
- [xvi] Ministério do Emprego e Trabalho. G20 Brasil 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/g20-brasil-2024>>.
- [xvii] G20 Brasil 2024. Sobre o G20. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20>>.

[xviii] Abramovay R, Martins APB, Nunes-Galbes NM, Sanseverino EC, Tângari JM. 2024. Diversity in Agriculture and Consumption: The Basis for Healthy and Sustainable Eating. In: Kant A, Saran S (eds). Bridging the Ingenuity Gap: Ideas for a Vibrant G20. New Delhi: ORF and Global Policy Journal. Disponível em: <<https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20240426105828.pdf>>.

[xix] G20 India. G20 Agriculture Ministers' Declaration 2019. Disponível em: <<https://www.g20.in/en/docs/2019/G20%20Agriculture%20Ministers%27%20Declaration.pdf>>.

[xx] Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES). 2019. Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Brondizio ES, Settele J, Díaz S, Ngo HT (editores). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 1148 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.3831673>>.

[xxi] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2019. The biodiversity that is crucial for our food and agriculture is disappearing by the day. Disponível em: <<https://www.fao.org/news/story/en/item/1180463/icode/>>.

[xxii] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2024. Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS). Disponível em: <<https://www.fao.org/giahs/en/>>.

[xxiii] World Health Organization (WHO). 2024. Fiscal policies to promote healthy diets: WHO guideline. Geneva: World Health Organization. Disponível em: <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/376763/9789240091016-eng.pdf?sequence=1&Ictg=102466531>>.

[xxiv] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2012. Second Report on the State of the World's Plant Genetic Resources for Food and Agriculture (PGRFA). Disponível em: <<https://www.fao.org/agriculture/crops/thematic-sitemap/theme/seeds-pgr/sow/sow2/en/>>.

CRÉDITOS

DOCUMENTO

Elaboração do texto

Fernanda Helena Marrocos Leite, Juliana Tângari, Laís Amaral Mais, Lorenza Longhi, Nadine Marques Nunes Galbes, Roberta Curan

Revisão

Arlison Favareto, Patricia Bustamante, Ricardo Abramovay, Semíramis Domene

Diagramação

Gustavo Tavares e Emile Gomes

EVENTOS

Coordenação

Fernanda Helena Marrocos Leite, Juliana Tângari, Laís Amaral Mais, Lorenza Longhi, Nadine Marques Nunes Galbes, Ricardo Abramovay

Painelistas

Evento 16 de maio de 2024
Abhishek Jain, Alejandro Calvillo, Claudia

Martinez, Fernanda Machiavelli, Janet Maro, Mariana Pedron Macario, Ricardo Abramovay, Saulo Ceolin, Thiago Lima, Vanda Maia
Moderation: Juliana Tângari

Evento 12 de junho de 2024

Ana Paula Bortoletto, André Moreira Bordinhon, Anna Lappé, Eduardo Nilson, Joachim von Braun, Mariana Pedron Macário, Namukolo Covic, Ricardo Abramovay, Rita Albernaz. Moderação: Patrícia Bustamante, em substituição à Ana Margarida de Castro Euler.,

Relatoria:

Estela Catunda Sanseverino, Fernanda Helena Marrocos Leite, Juliana Tângari, Leandro Gomes Figueiredo, Lucas Carnicelli, Nadine Marques Nunes Galbes, Roberta Curan

Apoio técnico:

Ana Monteiro, Sandro Bernardes (Colab), Kamila Dantas (Embrapa)